

O Fim da Ordem Liberal: Insights da Conferência de Segurança de Munique

Data: 27 de fevereiro, 2026

SUMÁRIO EXECUTIVO

Principais mensagens (Key takeaways)

A 62ª Conferência de Segurança de Munique (MSC) de 2026 evidenciou uma fase de transição na ordem internacional, marcada pelo aumento da competição geopolítica, pela fragmentação institucional e por questionamentos à estabilidade das alianças tradicionais. O encontro refletiu tensões crescentes na relação transatlântica, com sinais de erosão da confiança entre Estados Unidos e Europa. Nesse contexto, a continuidade da guerra na Ucrânia consolidou-se como elemento central da agenda de segurança internacional, sendo amplamente caracterizada como um conflito de atrição de longa duração, com impactos estruturais na arquitetura de segurança europeia, na reindustrialização militar do continente e na reorganização das cadeias globais de energia e suprimentos.

Tendências estratégicas identificadas

Entre as tendências observadas, destacou-se o aprofundamento do debate europeu sobre autonomia estratégica em defesa e segurança, impulsionado tanto pela pressão da guerra na Ucrânia quanto pela política externa mais transacional da atual administração norte-americana. A necessidade de diversificação de parcerias e o afastamento dos EUA sob a atual gestão levaram potências europeias a uma aproximação pragmática com Pequim, em contraste com a retórica anterior focada na dicotomia "democracia vs. autocracia". A Índia emergiu como um dos principais parceiros estratégicos buscados pela Europa, consolidando-se como ator relevante nas discussões sobre cooperação econômica, tecnologia e cadeias produtivas. Ao mesmo tempo, a delegação norte-americana expressou críticas ao multilateralismo, incluindo questionamentos ao papel das Nações Unidas, além de evidenciar

Implicações para o Brasil

A participação brasileira na conferência foi percebida como aquém de seu potencial e de seu peso geopolítico. Em comparação com outros países da América Latina, a presença do Brasil mostrou-se relativamente discreta, limitando sua capacidade de projetar posições em debates estratégicos que dialogam diretamente com sua agenda internacional. Entre os temas nos quais o país poderia ter ampliado sua atuação destacam-se a crise venezuelana, a governança de minerais críticos e as oportunidades associadas à transição energética. O contexto evidenciado na conferência reforça a importância de o Brasil ampliar sua presença em fóruns estratégicos internacionais, buscando posicionar-se de forma mais assertiva nas discussões sobre segurança, geoeconomia e reorganização das cadeias globais de valor.

CONTEXTO

A 62ª Conferência de Segurança de Munique (MSC) de 2026 ocorreu em um ambiente de excepcional fluidez geopolítica. O encontro, que historicamente serve como fórum de concertação transatlântica, refletiu a complexidade de um momento em que os pressupostos básicos da ordem liberal estão sendo questionados por seus próprios arquitetos.

A edição deste ano foi marcada por uma forte presença de chefes de Estado e governo europeus, em uma clara demonstração de unidade e determinação em responder ao que percebem como uma mudança de postura dos Estados Unidos. A representação de alto nível incluiu os líderes da França, Alemanha, Espanha, Polônia, Portugal, Ucrânia e países escandinavos, com a notável ausência da primeira-ministra da Itália.

Outro fenômeno observado foi a "transposição" do debate político interno dos EUA para o palco europeu. A conferência contou com uma forte delegação americana, mas profundamente dividida entre representantes do governo republicano (liderados pelo Secretário de Estado, Marco Rubio) e uma influente comitiva do Partido Democrata (incluindo o governador da Califórnia e diversos senadores), que utilizou o espaço para criticar abertamente a política externa da atual administração.

A CRISE DA ALIANÇA TRANSATLÂNTICA E A BUSCA EUROPEIA POR AUTONOMIA ESTRATÉGICA

O tema central e mais contundente da conferência foi a deterioração da confiança nas relações transatlânticas. O discurso do Vice-Presidente dos

Estados Unidos, J.D. Vance, em 2025, foi citado como um ponto de ruptura. Em 2026, o tom do Secretário Marco Rubio foi percebido como mais conciliador, mas seu conteúdo manteve a crítica contundente à Europa, abordando questões identitárias e de imigração. Ficou evidente uma divisão estratégica no pensamento europeu.

De um lado, os **"nostálgicos"** são lideranças que ainda veem a aliança com os EUA como insubstituível e buscam reparar a relação. De outro, os **"autonomistas"** constituem um grupo crescente de lideranças políticas que, independentemente de quem esteja na Casa Branca, passaram a defender a "autonomia estratégica" da Europa como imperativo de sobrevivência. Esta visão foi corroborada pela constatação de que, nos novos relatórios de análise de risco da Alemanha e da Holanda, os Estados Unidos figuram como um dos principais riscos sistêmicos, ao lado da Rússia.

A chamada "extrema-direita europeia", embora sem representação formal nos fóruns, emergiu como um fator de tensão interna, atuando como vetor de fragmentação com certa convergência, ainda que parcial, aos interesses de Moscou e Washington. Na prática, essa dinâmica acelerou o movimento em direção ao rearmamento europeu, com a Alemanha sinalizando uma transformação gradual em direção a uma potência militar de maior envergadura.

O debate sobre a extensão do guarda-chuva nuclear francês e britânico para outros países europeus, inclusive com a possível realocação de ogivas francesas para a Alemanha, foi tratado abertamente, indicando a profundidade da reflexão estratégica em curso.

A GUERRA NA UCRÂNIA E A NOVA ARQUITETURA DE SEGURANÇA EUROPEIA

A percepção geral sobre o conflito na Ucrânia mudou significativamente desde 2024. A visão de um colapso iminente ucraniano deu lugar à avaliação de que a guerra entrou em uma fase de atrição prolongada, com a Rússia incapaz de obter avanços decisivos e a Ucrânia mantendo uma resistência custosa, porém eficaz. As discussões sobre o conflito focaram em três aspectos principais.

O primeiro diz respeito ao esforço de guerra europeu e à necessidade de aumentar e coordenar a produção de material bélico, com debates sobre divisão de custos e capacidades industriais entre os países membros. O segundo aspecto envolve as sanções e a perseguição à chamada "frota sombra" russa, com a preparação europeia para intensificar medidas que visam dificultar as exportações de petróleo da Rússia.

Este ponto gerou preocupação entre os debatedores brasileiros devido à potencial perturbação no comércio de fertilizantes, do qual o Brasil é

fortemente dependente da Rússia. O terceiro aspecto refere-se ao papel do Sul Global, particularmente à postura de países como a Índia e o Brasil, que mantêm relações comerciais com a Rússia. Esses países foram objeto de críticas veladas, mas também de uma tentativa de compreensão por parte dos europeus, que viram suas próprias contradições históricas, como a compra de gás russo pós-2008, serem apontadas em debates.

O REALINHAMENTO GLOBAL: ÍNDIA EM ASCENSÃO E CHINA COMO VARIÁVEL ESTRUTURAL

A Índia foi indiscutivelmente o país mais cortejado durante a conferência. O protagonismo dado ao Ministro das Relações Exteriores do Governo Indiano, Subrahmanyam Jaishankar, e a profusão de painéis sobre o país refletem a estratégia europeia de diversificação de parcerias. A aproximação, que já se materializa em acordos de defesa de grande porte como a venda de caças Rafale pela França, visa contrabalançar a influência chinesa e construir uma relação estratégica de longo prazo com uma democracia de peso demográfico e econômico no Indo-Pacífico. A Arábia Saudita figurou como um parceiro secundário, mas também relevante nesse movimento de diversificação.

No que tange à China, apesar da presença comedida, o país foi um tema pervasivo. A análise indicou uma mudança substancial no discurso europeu nos últimos meses de 2025. Com o agravamento das tensões comerciais com os EUA, líderes de países como Alemanha, França, Itália e Reino Unido buscaram Pequim para firmar acordos comerciais. A conferência refletiu essa nova realidade, na qual a retórica de confronto ideológico baseada na dicotomia "democracia versus autocracia" foi substituída por uma abordagem mais pragmática.

Esta nova postura está focada na gestão da interdependência e na "redução de riscos" em vez de um "desacoplamento" considerado inviável. A China foi tratada como um ator sistêmico, cuja trajetória é uma variável fundamental, mas não o tema mais urgente da agenda europeia imediata, ofuscada, em primeiro lugar, pela crise com a Rússia e, em segundo lugar, com os próprios Estados Unidos.

A CRISE DO MULTILATERALISMO, O SILENCIAMENTO DE TEMAS E O CONTROLE DE NARRATIVA

Um tema recorrente nos debates foi o explícito questionamento ao sistema multilateral, particularmente por parte da delegação americana. O embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas defendeu abertamente a redução do escopo da organização, propondo que esta deveria limitar-se a temas de segurança e defesa, abandonando agendas de desenvolvimento e direitos humanos.

CEBRI

A posição americana, alinhada à lógica do governo Trump, sinaliza cortes significativos de recursos e a intenção de esvaziar o papel da ONU em temas tradicionalmente caros ao Sul Global. O discurso do candidato argentino à Secretaria-Geral, embora não reproduzindo integralmente a retórica americana, foi percebido como convergente ao sugerir uma ONU mais enxuta, o que acendeu alertas quanto ao futuro da agenda de desenvolvimento na instituição.

Paralelamente, a conferência evidenciou uma estratégia deliberada de controle narrativo por parte dos organizadores. Temas que poderiam gerar desconforto ou expor contradições foram tangenciados ou simplesmente omitidos. O conflito em Gaza, que ocupou espaço relevante em edições anteriores, praticamente desapareceu da pauta, interpretado como reflexo da dificuldade europeia em lidar com as implicações do tema. A questão da Groenlândia, que poderia simbolizar de forma contundente a ruptura transatlântica dada a retórica expansionista de setores do governo americano, foi cuidadosamente evitada nos palcos principais.

O próprio *chairman* da conferência, *Wolfgang Ischinger*, referiu-se ao atual momento como o "retorno da política de bola de demolição" (*wrecking ball politics*), sugerindo que a exceção se tornou norma. Este silenciamento seletivo reforça a percepção de que a conferência, embora se proponha um fórum aberto, opera com filtros significativos sobre quais controvérsias merecem espaço central, revelando uma tensão entre a pretensão de debate plural e a necessidade de preservar determinadas narrativas.

A DELEGAÇÃO BRASILEIRA ESTEVE À ALTURA DO SEU PESO GEOPOLÍTICO EM MUNIQUE?

A presença brasileira na Conferência de Segurança de Munique de 2026 ficou aquém do peso geopolítico do país. Apenas cinco brasileiros participaram do evento: o Almirante Aguiar Freire, representando o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (Ministério da Defesa), o Embaixador Márcio Cozendey Fávaro (MRE), além dos representantes do CEBRI. A delegação atuou em nível de terceiro escalão, sem representação ministerial.

O contraste com outros países da região foi evidente. A Argentina enviou seu ministro das Relações Exteriores e seu ministro da Defesa, constituindo uma delegação robusta, assim como a Colômbia. O Brasil, ao não enviar representantes de alto nível, deixou de ocupar espaços que naturalmente lhe caberiam em debates regionais, como a crise venezuelana. Em painéis sobre o tema, a voz sul-americana foi representada por Portugal, e não pelo Brasil.

A percepção de que a Conferência de Munique seria um espaço restrito aos países da OTAN não encontra respaldo na realidade do fórum, que reúne anualmente lideranças políticas de todo o mundo. O atual contexto de

reconfiguração das relações transatlânticas e de busca europeia por diversificação de parcerias torna a presença brasileira ainda mais relevante, sob pena de o país perder oportunidades de articulação em momentos cruciais de realinhamento global.

Quanto à agenda substantiva, temas de interesse direto para o Brasil, como minerais críticos e segurança energética, não alcançaram os palcos principais da conferência, permanecendo circunscritos a debates bilaterais e rodas adjacentes. A discussão sobre o potencial brasileiro como plataforma segura para *data centers*, por exemplo, não foi incorporada à programação central.

O atual momento de divisão no campo atlântico e de reorientação estratégica europeia poderia ser mais bem aproveitado pelo Brasil, caso houvesse uma presença de mais alto nível capaz de projetar posições nacionais, estabelecer contatos bilaterais e influenciar narrativas sobre temas regionais e globais.

RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

- **Elevar o Nível de Engajamento:** Revisitar a estratégia de participação em fóruns como a MSC, considerando o envio de representação de alto escalão (nível ministerial) para projetar interesses nacionais, influenciar narrativas e construir parcerias estratégicas, em vez de apenas observar os debates.
- **Explorar a "Janela de Oportunidade" Europeia:** Aproveitar o momento de busca europeia por autonomia e diversificação de parcerias para aprofundar o diálogo em áreas de interesse mútuo, como transição energética, minerais críticos, defesa e tecnologia, posicionando-se como um parceiro confiável e estável.
- **Coordenar uma Estratégia de Inserção Global:** Articular, no âmbito do governo, uma estratégia coerente de inserção internacional que integre as dimensões econômica, tecnológica, de defesa e ambiental, permitindo uma atuação mais proativa e menos reativa.
- **Fortalecer a Diplomacia em Cadeias de Suprimento Críticas:** Atuar diplomaticamente para garantir que os interesses brasileiros sejam considerados nas novas regras do comércio internacional, especialmente no que tange à segurança de cadeias de fertilizantes, minerais críticos e tecnologia da informação, reduzindo vulnerabilidades e promovendo a agregação de valor doméstico.
- **Assumir a Liderança Regional em Temas Sensíveis:** Posicionar-se como porta-voz natural da América do Sul em temas como a crise na Venezuela e a estabilidade regional, evitando que a narrativa sobre a região seja definida por atores externos com interesses distintos.